



[Handwritten signature]
[Handwritten name]

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARÕES SÃO ROMÃO

ATA DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARÕES S. ROMÃO

ATA Nº 8/2023

----- Ao décimo oitavo dia do mês de abril de 2023 reuniu, pelas 21h00, no Auditório da Junta de Freguesia, em sessão ordinária convocada pelo seu Presidente, João Manuel Fraga Novais, a Assembleia de Freguesia de Arões São Romão, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1. ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----Ponto 1.1 – apreciação e votação da última ata da Assembleia de Freguesia.-----

2. ORDEM DO DIA:-----

-----Ponto 2.1 – apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Junta acerca das atividades e situação financeira da freguesia, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Ponto 2.2 – apreciação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do ano de 2022, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 9º e do nº 2 do artigo 11º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Ponto 2.3 – apreciação do inventário dos bens patrimoniais de 2022, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 9º e do nº 2 do artigo 11º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Ponto 2.4 – discussão e votação da primeira alteração orçamental modificativa e alteração ao PPI do ano de 2023, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

3. PÓS ORDEM DO DIA:-----



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

-----Ponto 3.1 – espaço de intervenção aberto ao público.-----

-----Presidiu à reunião o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, coadjuvado por Gabriela Salgado, Primeira Secretária e Leandro Oliveira, Segundo Secretário.-----

Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos atrás mencionados, os seguintes Membros:-----

-----Do Partido Socialista (PS): Susana Fraga e Samuel Costa.-----

-----Do Partido Social Democrata (PSD): Natália Leite, Susana Peixoto, Rui Costa e Vitor Fernandes.-----

-----A Junta de Freguesia esteve representada nesta sessão por Joel Fernandes, Andreia Miranda e Carlos Manuel Correia, Presidente, Secretária e Tesoureiro respetivamente. -

-----Às 21 horas e 14 minutos, constatada a existência de Quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

-----Entrando no primeiro ponto da ordem de trabalhos - *período de antes da ordem do dia* - apreciação e votação da última ata da assembleia de freguesia, o Presidente da Assembleia deu a palavra aos Deputados presentes para que se pronunciassem sobre o conteúdo da mesma.-----

-----Nenhum dos Deputados presentes manifestou vontade de usar da palavra, pelo que foi a ata da última sessão colocada a votação tendo sido aprovada por unanimidade.----

-----Ainda dentro deste período, foi pelo Presidente da Assembleia de Freguesia dada a palavra aos Deputados para, querendo, pronunciarem-se sobre questões que considerem pertinentes e pretendam ver esclarecidas. Pediu a palavra o Deputado do PSD, Vitor Fernandes, para colocar algumas questões relacionadas, sobretudo, com iluminação de ruas na zona dos Oleiros; reparação do passeio na zona do Doceiro que ficou danificado em virtude da realização de obras; tampa de saneamento partida em frente ao Sr. Domingos que não foi substituída apesar de terem prometido fazê-lo; colocação de baldes do lixo em zonas que deles carecem, nomeadamente na zona das Senras; água junto à sede dos Oleiros proveniente de um tubo particular danificado mas



Handwritten signature in blue ink.

que verte para a via pública, pelo que torna-se necessário notificar o proprietário para reparar o mesmo, uma vez que pode originar situações de perigo porque pode criar gelo e, por fim, corte de vedação de casas particulares, especificamente de uma casa junto ao posto médico de Arões São Romão que pende para a via pública, impossibilitando a circulação, nomeadamente de pessoas com mobilidade reduzida e que careçam de cadeira de rodas.-----

-----De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia para pronunciar-se sobre as questões colocadas pelo Deputado Vitor Fernandes. No uso da palavra, referiu Joel Fernandes no tocante à iluminação da Rua do Paúl, que têm sido colocadas várias luminárias e que a política do Município é, nas zonas onde já existe poste e cabo, verificar se se justifica a colocação da luminária e, caso se justifique, a luminária é colocada sem qualquer tipo de custo para a Junta de Freguesia. Nos casos em que há necessidade de substituir o cabo ou colocar poste novo, a Junta de Freguesia tem suportado estes custos. Disse, também, que no caso da Rua do Paúl, não tem conhecimento de nenhum pedido de reposição de iluminação pública porque quando isto sucede, no espaço de mais ou menos de um mês, a situação é resolvida, sendo certo que nas zonas habitacionais a luminária é colocada sem qualquer questão o mesmo não acontecendo em zonas não habitadas, casos em que a colocação das luminárias pode ser recusada por entender-se que não se justifica. Referiu, por fim, a este propósito, que a Junta de Freguesia irá efetuar o pedido para colocação da luminária na Rua do Paúl mas que esta é uma situação que não depende da Junta de Freguesia.-----

-----Quanto à reparação do passeio na zona da Portela, Joel Fernandes referiu que em situações semelhantes a IP – Infraestruturas de Portugal, a quem a obra pertence, exige uma caução para reparação dos danos mas que vai diligenciar junta da Câmara Municipal para tentar que a situação se resolva. No respeitante à situação da colocação de caixotes do lixo no Loteamento das Senras, comunicou o Presidente da Junta que foram adquiridos cerca de 10/12 caixotes do lixo que irão ser colocados logo que haja oportunidade para tal. Já quanto à tampa de saneamento na Rua do Portal, esclareceu Joel Fernandes que a situação foi já comunicada ao Município que, por sua vez, reencaminhará a reclamação para o empreiteiro a quem compete a sua reparação.-----



Handwritten signature in blue ink.

-----Prosseguiu o Presidente da Junta, desta feita para pronunciar-se sobre a água na zona dos Oleiros, afirmando que o proprietário já foi contactado para resolver a situação e que espera que a mesma se resolva a breve trecho e a bem. Por último e no que toca à casa situada antes do Posto Médico de Arões São Romão, do lado esquerdo, cuja vegetação pende para a via pública, Joel Fernandes afirmou que o proprietário irá ser contactado para que resolva a situação com brevidade.-----

-----Entrando no segundo ponto da ordem de trabalhos - *período da ordem do dia - Ponto 2.1 - apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Junta de Freguesia acerca das atividades e situação financeira da freguesia, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro*, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta para a explicação do documento que, por sua vez, passou a palavra à Secretária da Junta de Freguesia, Andreia Miranda, para leitura do mesmo.-----

-----Terminada a leitura do documento, pelo Presidente da Assembleia de Freguesia foi dada a palavra aos Deputados para se pronunciarem sobre o documento em análise, tendo os Deputados do PSD, Rui Costa e Natália Leite manifestado vontade de usar da mesma.-----

-----No uso da palavra, Rui Costa deixou uma recomendação ao executivo relacionada com a disponibilização de um horário no Espaço do Cidadão para apoio ao preenchimento e entrega do IRS para os cidadãos que dele queiram aproveitar ou beneficiar, bem como de apoio na análise da fatura de energia que nos dias de hoje tão preemente se torna e relativamente à qual, nas suas palavras, a EDP não dá resposta.--

-----Terminada a intervenção do Deputado Rui Costa, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia para responder, querendo, à mesma. Na posse da palavra, referiu Joel Fernandes que no que respeita ao apoio no preenchimento do IRS e apesar deste não ser um serviço da competência da Junta de freguesia, pontualmente, o executivo já presta este tipo de apoio nomeadamente a pessoas mais idosas e com mais dificuldade em aceder à internet, afirmando que o mesmo acontecerá com o apoio à leitura das faturas de energia ou qualquer outro serviço, caso haja essa necessidade. Referiu, contudo, que tais tipos de apoios não poderão ser efetuados de forma permanente por não serem da competência da Junta de Freguesia.-----



Handwritten signature in blue ink.

-----Rui Costa manifestou concordância com as explicações do Presidente da Junta dizendo, contudo, que são apoios que se revelam essenciais, nomeadamente no que à questão energética (gás) diz respeito.-----

-----No uso da palavra, Joel Fernandes disse concordar em parte com a opinião do Deputado Rui Costa mas entende que não podemos transformar estes apoios numa competência da Junta de Freguesia porque, de facto, não são. Explicou, também, que a Loja do Cidadão no que diz respeito a determinados serviços (por exemplo, concessão de licenças de caça) não serve apenas residentes em Arões São Romão mas também de Arões St^a Cristina, Golães, Cepães, Fafe, etc, pelo que seria difícil limitar a prestação dos serviços enunciados por Rui Costa a habitantes de Arões São Romão ou definir qualquer outro critério para a prestação dos mesmos.-----

-----Terminou a sua intervenção a este propósito o Presidente da Junta, dizendo que estabelecer uma hora para a prestação deste tipo de serviços seria negligenciar outros que são, de facto, da competência do executivo o que não é, de todo, viável pelo que entende deverá ser mantido o apoio sem carácter permanente ou regular como até aqui garantindo, também, que nenhum cidadão que se desloque à Junta de Freguesia para obter informações, sai de lá sem ser atendido ou sem obter uma resposta.-----

-----De seguida, usou da palavra a Deputada do PSD Natália Leite para questionar o Presidente da Junta de Freguesia sobre se, alguma vez, tentou obter para a Freguesia um “ ecoponto ” para resíduos de óleos - oleão. Respondeu Joel Fernandes afirmando ter já questionado o Município sobre o assunto uma vez que o oleão que estava junto ao Lar foi retirado, tendo sido informado que o operador que fazia a recolha dos óleos usados deixou de o fazer pelo que não fazia sentido mantê-lo.-----

-----Questionou Natália Leite sobre se o facto de terem retirado o oleão se deveu a tal não ser vantajoso, ao que Joel Fernandes disse não saber responder a essa questão afirmando, também, que não existe em Fafe qualquer oleão, pelo que a entrega de óleos usados deverá ser efetuada diretamente nos ecocentros (Zona Industrial).

-----Passando ao *ponto 2.2. da ordem de trabalhos - apreciação, discussão e votação dos documentos de prestação de contas do ano de 2022, nos termos da alínea b) do nº*



46
Bx606

1 do artigo 9º e do nº 2 do artigo 11º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta para a explicação do documento.-----

-----Na posse da palavra, pronunciou-se o Presidente da Junta de Freguesia sobre o documento em causa afirmando tratar-se de um documento exaustivo e que, como tal, fará referência, apenas, aos números que terão maior impacto. Neste sentido, explicou que, por exemplo, na página 15 onde consta a despesa corrente prevista e a despesa corrente executada, verifica-se que estava prevista uma despesa corrente de 210.353,51€ (duzentos e dez mil trezentos e cinquenta e três euros e cinquenta e um cêntimos) e que a despesa corrente executada foi de 178.506,90€ (cento e setenta e oito mil quinhentos e seis euros e noventa cêntimos), o que significa um grau de execução orçamental de 84,86% (diferença de 31.846,61€ - trinta e um mil oitocentos e quarenta e seis euros e sessenta e um cêntimos).-----

-----Prosseguiu, dizendo que em termos de despesa de capital prevista e despesa de capital executada há uma diferença de 60.411,38€ (sessenta mil quatrocentos e onze euros e trinta e oito cêntimos). Relativamente ao capital e como já tinha sido mencionado e abordado na Assembleia de Dezembro, verifica-se que o plano de investimento não foi executado a 100% mas por se tratar de um plano bi-anual a verba que não foi executada no ano de 2022 transita para 2023 no saldo de gerência, tendo que ser executada até ao final do corrente ano – 2023.-----

-----Continuou a sua explanação Joel Fernandes, referindo que no que diz respeito a despesa corrente que também se reflete e tem relação direta com a receita corrente, o que sucede é que, por vezes, para equilibrar as contas prevê-se a venda de um determinado nº de sepulturas que, na realidade, só são vendidas se houver essa necessidade. Não havendo necessidade de venda, a mesma não se efetua, até mesmo para não esgotar as vagas existentes e o que se verificou foi isso mesmo, isto é, não houve necessidade de vender todas as sepulturas previstas no orçamento de 2022 o que levou a que a receita, só por si, fosse inferior à que estava prevista.-----

-----Terminada a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia, pediu a palavra o Deputado do PSD, Rui Costa, para afirmar que em relação aos números não há grandes dúvidas. Contudo e da análise que fez ao documento em apreço, tem uma questão, mais



[Handwritten signature]

de rigor técnico, que pretende ver esclarecida. Prosseguiu, dizendo que há o orçamento inicial e dois orçamentos retificativos e que o orçamento final é a soma do orçamento inicial e dos dois orçamentos retificativos. Constata, de seguida, que há uma troca de valores em relação ao que deveria ser o retificativo final e os valores que foram divulgados uma vez que, aquilo que esperava que fosse o orçamento final depois das retificações diverge daquilo que foi apresentado como orçamento final. Concluiu, dizendo que apesar das diferenças, no final os valores dão certo e complementam-se pelo que presume poder tratar-se de um erro informático que poderá ser sanado por via da elaboração de uma errata.-----

-----Usou, de seguida, da palavra o Presidente da Junta de Freguesia, para esclarecer que o documento em causa não é elaborado pelo executivo e que há um consultor que faz a análise das contas antes mesmo destas serem enviadas para o Tribunal de Contas por forma a assegurar que tudo é efetuado no cumprimento da Lei e nos termos legalmente previstos. Diz, também, que a errata surge da necessidade de, após o encerramento do documento de prestação de contas e não obstante o somatório dos valores constantes dos dois documentos ser o mesmo, o consultor ter constatado a existência de 2 parcelas que tinham que ser desagregadas pelo que foi, então, elaborado o documento final designado de “errata”.-----

-----De novo no uso da palavra, afirmou Rui Costa compreender a situação mas que, por exemplo, no âmbito da despesa corrente, na rubrica 04 denominada “transferências correntes”, o orçamento prevê a quantia de 10.860,00€ (dez mil oitocentos e sessenta) e o que está relatado no documento de prestação de contas são 8.415,00€ (oito mil quatrocentos e quinze euros), referindo que esta é uma rubrica que nunca sofreu qualquer retificação no âmbito dos dois orçamentos retificativos, pelo que seria expectável que o valor constante deste documento fosse de 10.860,00€ (dez mil oitocentos e sessenta euros) e não 8.415,00€ (oito mil quatrocentos e quinze euros).---

-----Pronunciou-se, de seguida, a este propósito Joel Fernandes dizendo que, por vezes, há transferência de dotações entre rubricas (por exemplo, combustíveis) e que esta situação pode originar divergências de valores sem que daqui resulte qualquer necessidade de revisão orçamental. Anuiu Rui Costa, dizendo que isso se verifica nas



[Handwritten signature]

pequenas rubricas mas que em termos de grandes rubricas essa transferência não gera diferenças. Deu, depois, um novo exemplo, desta feita relativo a “ juros e encargos” referindo que o que estava previsto no orçamento eram 50,00€ (cinquenta euros) e o que foi relatado no fim foram 60,00€ (sessenta euros). Terminou a sua intervenção afirmando que no fim bate tudo certo e que, portanto, trata-se de uma questão de rigor técnico.-----

-----De seguida, solicitou o uso da palavra a Deputada do PSD, Natália Leite para pronunciar-se, não sobre as contas, mas sobre o documento de prestação de contas em si mesmo. Questionou a Deputada o Presidente da Junta de Freguesia, sobre se na nota introdutória do documento estão descritas as atividades e obras realizadas pela Junta de Freguesia ao longo de 2022, ao que Joel Fernandes respondeu que sim. Prosseguiu Natália Leite, dizendo que, pelo que tem conhecimento e tal como se constata pelo teor da ata da Assembleia de Freguesia de dezembro de 2021 , a obra mencionada na página 8 (8 manuscrito) - colocação do corrimão metálico nas escadas do Loteamento da Tapada que serve de acesso ao Posto Médico de Arões São Romão, foi realizada no ano de 2021 e não de 2022.-----

-----Respondeu Joel Fernandes que, não obstante essa situação, se a despesa referente a tal obra foi paga em 2022 terá que constar do documento de prestação de contas do ano de 2022, ainda que a obra conste da nota introdutória como tendo sido realizada em 2021, uma vez que as faturas são emitidas e pagas após a realização da obra. Admite, contudo, que possa ter havido um lapso mas reforça que se a fatura referente a tal obra foi paga em 2022, a despesa terá que estar inscrita na prestação de contas de 2022.-----

-----Continuou a sua intervenção a este propósito a Deputada do PSD Natália Leite, solicitando ao Presidente da Junta de Freguesia a confirmação da veracidade da informação constante da nota introdutória no que a este particular concerne, por entender ser relevante este esclarecimento por uma questão de coerência e de transparência, ao que Joel Fernandes anuiu dizendo que irá verificar a situação e caso se tenha tratado de um lapso só tem é que pedir desculpa afirmando, depois, Natália Leite, que não pretende um pedido de desculpa mas, tão só, a clarificação da questão por uma questão de coerência.-----



Handwritten signature and the word 'Exibido' in blue ink.

-----Continuou Natália Leite no uso da palavra, referindo haver uma gralha na página 20 do documento em análise quando no mesmo se menciona a freguesia de Vitorino das Dornas em vez da Freguesia de Arões São Romão. Prossegue, dizendo que não obstante o documento ser elaborado por um consultor, presume que o mesmo seja lido, verificado, analisado e validado pelos elementos do executivo antes de ser por todos assinado e rubricado como, de facto, se verifica. Respondeu a esta intervenção Joel Fernandes, dizendo que se trata de um lapso mas que o rigor que se exige de um documento que é enviado para o Tribunal de Contas, tal como mencionado por Natália Leite, existe mesmo.-----

-----Novamente no uso da palavra, Natália Leite cita uma rubrica constante do quadro da página 25 do documento - alargamento e pavimentação de diversas ruas da freguesia, com um montante previsto de 20.000,00€ (vinte mil euros) e um montante realizado de 0,00€ (zero euros) perguntando se esta verba teria que ser executada durante o ano de 2022, tendo o Presidente da Junta de Freguesia remetido a explicação para a resposta anteriormente dada a esta questão.-----

-----Prosseguiu Natália Leite, desta feita, a propósito dos contratos mencionados na página 110 quando na mesma se refere a “ contrato de jardinagem Ismael – limpeza de serviço nas vias da freguesia “, questionando sobre a que tipo de serviços se refere.-----

-----No uso da palavra, respondeu Joel Fernandes que se trata de serviços de jardinagem e limpeza. Novamente no uso da palavra, perguntou a Deputada do PSD sobre os “ serviços jurídicos – Sociedade Clementino Cunha, ” tendo o Presidente da Junta respondido que se tratam de serviços relativos ao processo que opôs 2 funcionárias da Junta de Freguesia à mesma.-----

-----Continuou a sua intervenção Natália Leite, desta feita questionando Joel Fernandes sobre os donativos às instituições, nomeadamente no ponto referente à Educação, Património Histórico, Turismo, Cultura e Desporto onde se menciona a apresentação do livro “ Uma flor para a Ucrânia”, um projeto do Lions Club de Fafe fazendo, de seguida, menção a um donativo entregue a esta instituição no valor de 300,00€ (trezentos euros) e pretendendo saber se este donativo se refere a esta atividade.-----

-----No uso da palavra, o Presidente da Junta de Freguesia respondeu que sim e que o



Handwritten signature in blue ink.

donativo consistiu na aquisição de 30 livros, com o custo unitário de 10,00€ (dez euros) livros esses que, posteriormente, seja na sequência da entrega de prémios de mérito escolar ou outra situação que o justifique, serão oferecidos.-----

-----Terminada a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia e sem mais questões por parte dos Deputados presentes sobre este ponto da ordem de trabalhos, foram os documentos de prestação de contas do ano de 2022, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 9º e do nº 2 do artigo 11º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro aprovados por maioria com a abstenção da Bancada do PSD e os votos a favor da Bancada do PS (5).--

-----Entrando no ponto 2.3 da ordem de trabalhos - *apreciação do inventário dos bens patrimoniais de 2022, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 9º e do nº 2 do artigo 11º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro* , pelo Presidente da Assembleia de Freguesia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta para a explicação do documento.-----

-----Na posse da palavra, disse o Presidente da Junta de Freguesia a este propósito que o inventário é, também ele , um documento que tem que ser submetido ao Tribunal de Contas afirmando que foi feita uma atualização ao documento em virtude da existência de bens que teriam que ser abatidos, nada mais tendo a referir sobre o documento em causa.-----

-----Terminada a intervenção de Joel Fernandes, foi dada a palavra aos Deputados para se pronunciarem sobre o documento em análise, tendo o Deputado do PSD, Rui Costa manifestado vontade de pronunciar-se sobre o mesmo. No uso da palavra, questionou Rui Costa sobre se os abates que verificou existirem foram feitos ou registados para regularizar a situação, ao que o Presidente da Junta respondeu que sim.-----

-----Passando ao ponto 2.4 da ordem de trabalhos - *discussão e votação da primeira alteração orçamental modificativa e alteração ao PPI do ano de 2023, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro* foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia para a explicação do documento.-----

-----No uso da palavra, o Presidente da Junta esclareceu que esta primeira alteração orçamental foi já explicada e tem que ver com o facto do dinheiro que não é gasto ter que ser inscrito no orçamento de 2023 o que origina a existência de um saldo orçamental relativamente ao ano de 2022 de 54.816,05€ (cinquenta e quatro mil



[Handwritten signature in blue ink]
Gaspar

oitocentos e dezasseis euros e cinco cêntimos), saldo este que, explicou, foi já redistribuído por várias rubricas no sentido de reforçar as mesmas, nomeadamente as rubricas de despesa de capital, ou seja, investimento, dando como exemplo, por um lado, rubricas foram reforçadas por mera precaução, como é o caso da rubrica referente a gasóleo, manutenção de equipamentos, entre outras e, por outro lado, referindo rubricas em que o reforço foi mais relevante como é o caso da rubrica referente a viadutos, arruamentos e obras complementares em que a dotação atual era de 26.518,00€ (vinte e seis mil quinhentos e dezoito euros) e que, por via da redistribuição no valor de 30.000,00€ (trinta mil euros,) deu origem a uma dotação corrigida de 56.518,00€ (cinquenta e seis mil quinhentos e dezoito euros).-----

-----Prosseguiu a sua explicação Joel Fernandes, esclarecendo ser desta rubrica que sai a maioria da verba destinada à realização de obras de pavimentação, arranjo de caminhos, drenagem de águas pluviais, entre outras. No que respeita à rubrica “instalações desportivas e recreativas” referiu que teve um reforço de 16.000,00€ (dezasseis mil euros) passando dos 11.000,00€ (onze mil euros) iniciais para uma dotação corrigida de 27.000,00€ (vinte e sete mil euros). Mais esclarece o Presidente da Junta que, olhando para o PPI e no que respeita a “ obras em diversas zonas da freguesia” , verifica-se que esta rubrica tinha uma dotação atual de 26.518,00€ (vinte e seis mil quinhentos e dezoito euros) passando para uma dotação corrigida de 56.518,00€ (cinquenta e seis mil quinhentos e dezoito euros); que a rubrica “remodelação de parques de lazer” passou de uma dotação atual de 11.000,00 (onze mil euros) para uma dotação corrigida de 27.000,00€ (vinte e sete mil euros) e que, por fim, a rubrica “ renovação da sinalização e toponímia da freguesia” que tinha uma dotação atual de 1.000,00€ (mil euros) passou a ter uma dotação corrigida de 2.000,00€ (dois mil euros).-----

-----De seguida e uma vez terminada a explicação do Presidente da Junta de Freguesia sobre o ponto em análise, foi pelo Presidente da Assembleia de Freguesia dada a palavra aos Deputados presentes para se pronunciarem, tendo a Deputada do PSD, Natália Leite, manifestado vontade de usar da palavra para questionar Joel Fernandes sobre a questão das obras nos parques de lazer pretendendo saber, concretamente, em



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Joel' and 'Bancada'.

quantos parques serão as obras realizadas. Respondeu o Presidente da Junta de Freguesia que em três parques, enumerando-os de seguida: o parque da Arrochela (cujas obras pretende e espera que se realizem a breve trecho e que serão da responsabilidade da Junta de Freguesia estando, contudo, pendentes de uma decisão do Município uma vez que na planta inicial o espaço que agora é destinado parque de lazer estava destinado a parque infantil), o parque do Loteamento do Monte da Pena que não carece de uma intervenção profunda e, por fim, o parque das Senras que será um espaço verde, uma espécie de Parque da Cidade em versão mais pequena.-----

-----Prosseguiu Joel Fernandes, dizendo que em relação ao parque das Senras o projeto de alteração ao Loteamento já foi submetido na Câmara aguardando-se, agora, a sua aprovação e posterior autorização da Câmara à Junta de Freguesia para que esta possa executar as obras que têm que ser feitas, bem como que a caução deixada pelo promotor à Câmara possa também ser utilizada pela Junta de Freguesia na realização do projeto que está previsto. Em termos de previsão, disse o Presidente da Junta que é objetivo do executivo que este ano se conclua, pelo menos, os movimentos de terra para que seja possível subir mais a cota daquele espaço, assim como a requalificação do ringue ali existente dando ao mesmo condições de utilização semelhantes às que existem na Portela.-----

-----Sem mais questões sobre este ponto, foi a primeira alteração orçamental modificativa e alteração ao PPI do ano de 2023, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, colocada a votação tendo sido aprovada por maioria com a abstenção da Bancada do PSD e os votos a favor da Bancada do PS (5).---

-----Por fim, entrando no *ponto 3.1 da ordem de trabalhos – período pós ordem do dia – espaço de intervenção aberto ao público*, foi pelo Presidente da Assembleia de Freguesia dada a palavra aos presentes para, querendo, pronunciarem-se, não tendo nenhum dos cidadãos mostrado vontade de usar da palavra.-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi lida a minuta da ata que foi aprovada por unanimidade, foi encerrada a presente sessão e nos termos legais e regimentais se lavrou a presente ata que, no âmbito do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta



e cinco de doze de Setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa da Assembleia.

O Presidente da Assembleia de Freguesia

João Manuel Fraga Novais

(João Manuel Fraga Novais)

A Primeira Secretária

Salgado

(Helena Gabriela Castro Salgado)

O Segundo Secretário

[Signature]

(José Leandro da Costa Oliveira)